

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 18 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1998

GLOBALIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DE BLUMENAU, BRASIL*

Ivo M. Theis**
Wilfried Kaiser***

RESUMO

Este texto analisa as transformações recentes ocorridas na indústria têxtil de Blumenau-SC e seus impactos sociais, devido ao processo de globalização da economia mundial e a um novo paradigma tecnológico, o pós-fordismo, caracterizado por inovações tecnológicas e pela flexibilidade nas relações de produção e nos padrões de trabalho e de consumo. A modernização do parque industrial brasileiro e o estímulo às exportações, decorrentes da crise do endividamento externo dos anos 80, ilustram os efeitos dessa nova conjuntura

* Este artigo é uma versão revisada e atualizada do *paper* *Globalization, flexible accumulation, and new urban social movements: the case of Blumenau, Brazil*, apresentado na Sixth Annual International Conference on Socio-Economics (Paris, 15 a 17 de julho de 1994).

** Ivo M. Theis é professor do Departamento de Economia e pesquisador do Instituto de Pesquisas Ambientais da Universidade Regional de Blumenau, Brasil.

*** Wilfried Kaiser é pesquisador associado do Centro de Estudos sobre a América Latina da Universidade de Tuebingen, Alemanha.

nos países periféricos, mudando o perfil dos grandes centros urbanos e transformando radicalmente as condições de vida de seus moradores. O que explica a emergência e a proliferação das associações de moradores, que ganham expressão política em Blumenau como instrumento das populações menos favorecidas para superar o desemprego e a informalização resultantes da globalização.

UNITERMOS: Globalização / Pós-Fordismo / Movimentos Sociais Urbanos

ABSTRACT

This text analyses the recent transformations that have occurred in Blumenau (SC)'s textile industry and its social impacts, due to the globalisation of world economy and to a new technological paradigm, the post-Fordism, know for technological inovations and for flexibility in production relations and work/consumption standards. The modernisation of the Brazilian industrial park and the encouragement for exports, due to the foreign debt crisis in the 80s, show the effects of this new conjecture in peripheral countries, changing the outline of the great urban centers and radically transforming their inhabitants' living conditions. This explains the emergency and proliferation of residents' associations, which have garnered political status in Blumenau as an instrument of the less fortunate population, in order to overcome unemployment and informality as the results of globalisation.

KEYWORDS: Globalisation / Post-Fordism / Urban Social Movements

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de analisar as relações entre o processo de globalização da economia capitalista mundial e seus efeitos sobre o nível local em países periféricos. Em escala global, inovações tecnológicas e produção flexível parecem conduzir a configurações pós-fordistas, no contexto das quais diversos países recentemente industrializados têm conseguido obter certas vantagens comparativas.

Com a crise do endividamento externo do início dos anos 80, o Brasil passou a adotar estratégias voltadas para a exportação e a modernização industrial. Essas estratégias favoreceram não apenas os

maiores centros metropolitanos, mas também algumas das mais dinâmicas cidades médias brasileiras.

Blumenau, uma cidade média da macrorregião Sul, que conta com aproximadamente 227 mil habitantes, tem sido historicamente um centro dinâmico da indústria têxtil nacional. A atenção do presente artigo se concentra na dinâmica recente deste gênero industrial e em seus impactos sociais – aqui manifestos na emergência de associações de moradores, que têm adquirido considerável expressão política em Blumenau.

1. GLOBALIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: TENDÊNCIAS DA ECONOMIA CAPITALISTA MUNDIAL

Algumas tendências do capitalismo deste fim de século, como mudanças nos processos de trabalho, nas organização da produção e nos hábitos de consumo, têm importantes implicações sócio-espaciais. De um lado, a despeito de importantes diferenças entre países capitalistas centrais e periféricos, as referidas mudanças têm ocorrido em escala global. De outro lado, localmente os trabalhadores têm suas vidas radicalmente transformadas sob diversos aspectos.

Com vistas à análise das mudanças em escala global que produzem efeitos em escala local e do sentido das implicações sócio-econômicas e espaciais da transição do fordismo para um modelo de desenvolvimento pós-fordista, adotar-se-á aqui a abordagem da chamada *teoria da regulação*. Entretanto, para entender a natureza dessa transição, é preciso antes esclarecer brevemente os principais conceitos que descrevem um modelo de desenvolvimento.

1.1. Paradigmas tecnológicos, regimes de acumulação e modos de regulação

O primeiro desses conceitos é o de *paradigma tecnológico* (ou modelo de industrialização). No curso do predomínio de um dado modelo de desenvolvimento, o processo de trabalho é governado por certos princípios gerais. A divisão do trabalho, tanto no interior das

firmas como entre elas, está relacionado a esses princípios, envolvendo importantes setores da economia, gêneros-chave da indústria e, por conseguinte, regiões inteiras de uma dada economia nacional, de forma que se pode distinguir um dado paradigma tecnológico em termos de tempo e espaço.

O segundo conceito é o de *regime de acumulação*. Considerado um período de longo prazo, este conceito se reporta às leis macroeconômicas básicas, enfatizando-se sobretudo as condições de produção (produtividade do trabalho etc.) e as circunstâncias sob as quais a produção é colocada à disposição da sociedade (consumo privado etc.).

O terceiro conceito é o de *modo de regulação*. Ele se refere aos mecanismos que, num contexto de contradições e conflitos, conduzem ao ajustamento dos indivíduos aos padrões coletivos do regime de acumulação dominante – como normas, hábitos e leis que asseguram a unidade do modelo de desenvolvimento (Lipietz, p. 1992).

1.2. Do fordismo para um modelo de desenvolvimento pós-fordista

Considera-se 1914 o ano do início (simbólico) do fordismo, quando Henry Ford introduziu o dia de trabalho de oito horas a cinco dólares. Contudo, o fordismo se desenvolveu consistentemente apenas a partir de 1945. O modelo de desenvolvimento fordista compreende o longo *boom* do pós-guerra até 1973, sustentado por um certo conjunto de práticas de controle do trabalho, alternativas tecnológicas, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico (Harvey, 1989).

O paradigma tecnológico fordista consiste num conjunto de processos de trabalho que envolvem uma combinação de taylorismo¹ e mecanização no interior de grandes firmas multidepartamentais, que subcontratavam certas tarefas em outras (grandes) firmas, estas seguindo os mesmos princípios das primeiras (Lipietz, 1992).

¹ Taylorismo é um termo associado a F. W. Taylor, autor de *The principles of scientific management*.

O regime de acumulação fordista foi resultado de diversas características. Em primeiro lugar, a produção em massa, que envolveu uma forte polarização entre trabalhadores qualificados e operários desqualificados; uma crescente mecanização que produziu altos índices de produtividade e um crescimento no volume de bens de capital por trabalhador. Em segundo, a correspondente geração de meios monetários, isto é, um crescimento real de salários, que resultavam dos aumentos de produtividade e garantiam a demanda (em massa) da produção em massa. Em terceiro, uma conseqüente estabilidade dos lucros das empresas, que utilizavam a plena capacidade de produção e, portanto, propiciavam o *pleno emprego* dos meios de produção da economia (Lipietz, 1992).

Finalmente, o modo de regulação fordista também apresenta peculiaridades. A mais importante delas se refere à legislação social que garantiu níveis de salário-mínimo e generalizou acordos coletivos, obrigando os empregadores a conceder aumentos anuais de salários aos trabalhadores compatíveis com os aumentos de produtividade. Outra peculiaridade diz respeito ao *welfare-state*, o Estado de bem-estar, um sistema de seguridade social avançado que assegurou aos trabalhadores (de fato, a toda população) a permanência de sua condição de consumidores, mesmo quando eram obrigados a parar de trabalhar por motivos de doença ou desemprego. Uma terceira peculiaridade está associada à generalização do uso de crédito-dinheiro (papel-moeda) através de bancos privados. Embora controlados por bancos centrais, os bancos privados cumpriam a função de atender à demanda por moeda da economia através da generalização do uso de crédito, de forma que a disponibilidade de dinheiro não representava mais, como antes, uma contrapartida de reservas de ouro ou equivalente (Lipietz, 1992).

Em resumo, o fordismo consistiu em: (a) uma organização da produção restrita aos grupos dominantes (empregadores, tecnocratas), resultado do predomínio do paradigma tecnológico taylorista, baseado na separação entre atividades operativas e intelectuais no processo de trabalho; (b) uma participação dos assalariados (a maior parte da população) nos ganhos de produtividade em função de um conjunto de formas de regulação, de maneira tal que níveis elevados de pleno

emprego podiam ser assegurados; (c) um sistema que garantia aos trabalhadores esses benefícios – diretamente, como salários, ou indiretamente, através do Estado de bem-estar, mas sempre em forma de dinheiro –, o que permitia acesso aos bens e serviços produzidos pela economia; (d) uma economia de pleno emprego e de consumo em massa, objetivos do progresso técnico e do crescimento econômico. O Estado orientava a sua ação para a consecução destes objetivos (Lipietz, 1992).

Este compromisso, baseado no paradigma fordista, produziu uma crescente rigidez. Em conseqüência, o compromisso fordista entrou em crise no fim dos anos 60.² A crise do modelo fordista de desenvolvimento, entre 1973 e 1979, é marcado por um confronto desses rigores. A saída para a crise proposta pelas tendências liberal-produtivistas – e colocada em prática por Margaret Thatcher (Grã-Bretanha) e Ronald Reagan (Estados Unidos) no início dos anos 80 – assenta-se na flexibilidade.

A chamada *acumulação flexível* está relacionada com a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos mercados de bens e serviços e dos padrões de consumo. Novos gêneros industriais, novas formas de provisão de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação tecnológica e organizacional caracterizam setores e regiões geográficas baseados no primado da flexibilidade.

1.3. Globalização da economia capitalista mundial: acumulação flexível nos países periféricos?

A crise do fordismo trouxe de volta o argumento do século XIX, de que o livre mercado poderia estabelecer automaticamente um novo modelo de desenvolvimento. Esse argumento vem dominando os principais órgãos de regulação internacional, como a Organização

² “The period from 1965 to 1973 was one in which the inability of fordism and keynesianism to contain the inherent contradictions of capitalism became more and more apparent” (Harvey, 1989, p. 140-141).

Econômica para Coordenação do Desenvolvimento (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird). As estratégias desses órgãos, somadas às políticas neoconservadoras dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, produziram uma nova configuração internacional, um esboço de uma nova divisão internacional do trabalho. A questão que aqui se coloca é: que influências passou a exercer essa nova configuração internacional sobre os países periféricos? A internacionalização nos anos 80 desse novo modelo de desenvolvimento baseado no primado da flexibilidade tem algumas conseqüências relevantes para os países emergentes.

Embora o novo modelo de desenvolvimento esteja se concretizando como resultado da crise do fordismo nos países centrais, são os países periféricos que têm assumido o ônus para sair da crise, sobretudo na forma dos altos custos decorrentes da dívida externa. Em outras palavras: os ajustamentos postos em prática vêm permitindo solucionar a crise do fordismo às custas dos mesmos velhos perdedores. Ademais, esses ajustamentos têm conduzido à construção de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países capitalistas centrais novamente asseguram a sua hegemonia.

É claro que a nova conjuntura não representa a soma de fordismo periférico, de um lado, e regiões e gêneros industriais nos quais predomina a flexibilidade, de outro. O capitalismo mundial realmente vem se globalizando, mas é inegável que um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista, baseado na acumulação flexível, vem tomando corpo.

2. CRISE DO FORDISMO PERIFÉRICO E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL

Uma das conseqüências da internacionalização do modelo de desenvolvimento pós-fordista para alguns países periféricos se refere à necessidade de reestruturação de suas economias, com vistas à superação das dificuldades decorrentes do endividamento externo.

A hipótese que orienta a presente análise sustenta que (a) o endividamento externo tornou-se um problema para o Brasil, (b) em

conseqüência do qual foi necessário gerar elevados saldos comerciais; (c) as exportações aumentaram na medida em que a economia brasileira se reestruturava, (d) uma reestruturação coerente com os processos de flexibilização em curso, que têm importantes implicações sócio-espaciais.

2.1. Dívida externa e estagnação

Entre 1945 e 1980, enquanto a produção industrial mundial cresceu a taxas médias de 4% ao ano, a produção industrial brasileira pôde experimentar taxas médias de crescimento anual de 8%. No fim dos anos 70, época em que a inflação estava sob controle e a dívida externa não representava um problema sério, o Brasil havia alcançado a sétima posição entre os países mais industrializados do mundo (Fritsch & Franco, 1991). Entretanto, como mostra a Figura 1, o endividamento externo crescerá entre 1975 e 1993 mais de cinco vezes. De fato, a dívida externa brasileira se tornaria mesmo um problema só depois que os juros anuais subiram de US\$ 2,4 bilhões, em 1977, para US\$ 12,5 bilhões, em 1982. A esses valores também devem ser somados os da amortização, os quais cresceram menos que os relativos aos juros, mas que, somados a estes, correspondem a um montante não desprezível de recursos que saíram do país ao longo dos anos 80.

Ao lado dos problemas decorrentes da dívida externa, podem ser lembrados também o segundo choque do petróleo (1979), a aceleração da inflação – convém lembrar aqui que no curso dos 12 meses de 1993 a inflação atingiu 5.500%! – e o crescente desemprego dos anos 80.³ Desses problemas, é preciso destacar o do desemprego.

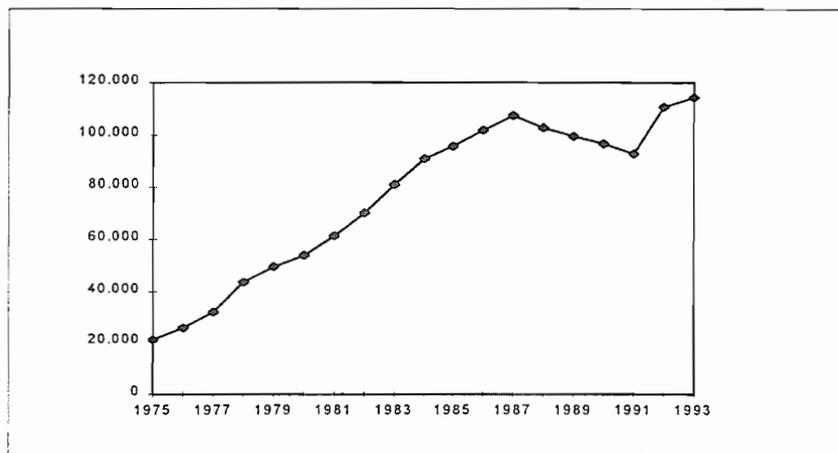
No caso brasileiro, o desemprego está relacionado à política de contração da demanda e esta, à necessidade de geração de *superávits* comerciais. Dessa forma, um setor da economia, o exportador, experimentou crescimento e se tornou bastante dinâmico no período.

³ O processo de simultânea ocorrência de inflação e desemprego, ao qual se dá o nome de estagnação, foi examinado da perspectiva da teoria da regulação por Lipietz (1985, p. 107-116).

Apenas a um número reduzido de empresas foi permitido escapar da fúria de austeridade que tomou conta das autoridades econômicas a partir de 1982.

Figura 1

Saldo do endividamento externo, Brasil, 1975-1993, em US\$ 1.000



Fonte: IBGE (1980, 1984, 1987, 1990, 1994).

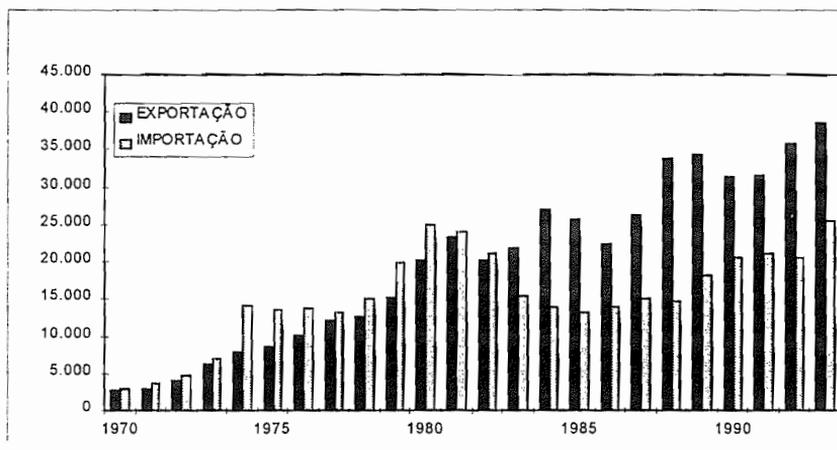
2.2. Aumento das exportações e mudanças tecnológicas

Elevados saldos comerciais, necessários ao pagamento dos serviços da dívida externa, têm sido obtidos a partir da primeira metade dos anos 80 devido a políticas de austeridade adotadas desde então. Em virtude do problema da dívida e das dificuldades dela resultantes, foram reduzidas drasticamente as importações. Isto, contudo, era insuficiente para gerar os saldos necessários. Assim, foi adotado um programa de modernização econômica que permitiu acelerar inovações tecnológicas

e adaptar a estrutura industrial com vistas à ampliação das exportações. A Figura 2 apresenta os dados relativos ao comércio exterior do Brasil de 1970 a 1993. *Déficits* foram acumulados até 1982 e, daí em diante, alcançaram-se *superávits* crescentes. Vê-se, pois, que estratégias voltadas para a exportação não estavam em contradição com uma deliberada política recessiva.

Figura 2

Saldo Comercial, Brasil, 1970-1993, em US\$ 1.000



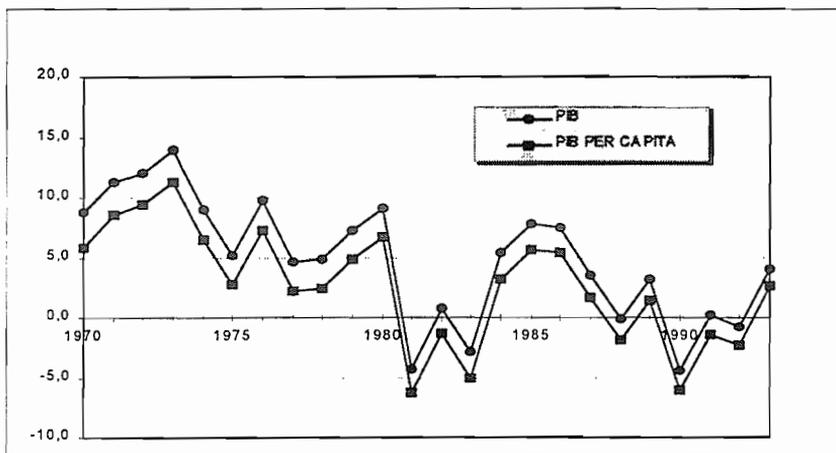
Fonte: IBGE (1980, 1984, 1987, 1990, 1994).

Ressalte-se neste ponto que as autoridades econômicas brasileiras não atentaram para as conseqüências internas dessa política – como o agravamento da inflação e do desemprego. Com exceção do período de 1984 a 1987, as taxas de crescimento econômico realmente

começaram a cair (Figura 3), como planejado. A questão que aqui se coloca é: essa política teve êxito? A economia brasileira conseguiu superar os seus problemas e sobreviver a eles?

Figura 3

Produto Interno Bruto, Brasil, 1970-1993, em %



Fonte: IBGE (1980, 1984, 1987, 1990, 1994).

2.3. Uma reestruturação econômica pós-fordista?

A política econômica ortodoxa dos anos 80 não pode ser considerada vitoriosa. Problemas como dívida externa, altas taxas de inflação e elevado índice de desemprego não foram resolvidos. Entretanto, um fato incontestável é que a economia brasileira, agora baseada numa indústria que exporta, realmente experimentou uma considerável reestruturação.

A indústria, como setor econômico, não teve o melhor desempenho nos anos 80. Agricultura e serviços sobreviveram à crise em melhores condições. Em consequência, a participação relativa da indústria na estrutura da economia brasileira em 1990 era menor que em 1985 e 1980. Mais: a demanda interna – especialmente a demanda da indústria – no fim dos anos 80 caíra abaixo do nível alcançado no final dos anos 70. Contudo, a outra face desse processo mostra algumas

mudanças importantes na estrutura econômica brasileira. Aos fatos da redução das importações e, sobretudo, do incremento das exportações, precisam ser relacionados outros dois geralmente esquecidos: em primeiro lugar, houve uma considerável descentralização da estrutura econômica no período posterior a 1975; em segundo, a crise econômica dos anos 80 afetou mais profundamente os centros econômicos tradicionais, de forma que se pode observar uma interessante diferenciação regional dos seus custos.

A relação entre esses fatos é coerente com o que foi sugerido no início desta seção, isto é, a reestruturação da economia brasileira tem importantes implicações sócio-espaciais num contexto de crescente flexibilização das relações de produção.

2.4. Conseqüências sócio-espaciais da reestruturação da economia brasileira

Não se pode afirmar que a economia brasileira passou a integrar a nova divisão internacional do trabalho como a de um país que fez a transição do fordismo para o modelo de desenvolvimento pós-fordista. Pelo contrário: o Brasil foi forçado a encontrar um caminho – através do aumento de saldos comerciais, conseqüentemente das exportações, que obrigaram a uma modernização de uma parte de sua economia etc. – que lhe permitisse ter um lugar na nova configuração internacional. Os processos de flexibilização – especialmente no caso da indústria – podem ser considerados como ingredientes importantes da reestruturação econômica.

As conseqüências sociais da reestruturação econômica encontram expressão no crescimento da pobreza. Estima-se que o número de pessoas que no Brasil são excluídas de qualquer benefício do desenvolvimento chegou a 32 milhões. O crescimento da pobreza resulta do aumento das taxas de desemprego, da informalização desenfreada (de uma população economicamente ativa de aproximadamente 64 milhões de trabalhadores, apenas 40 milhões estão empregados), da redução do poder de compra do salário mínimo, da forte concentração de renda (ao final dos anos 80, 10% da população controlavam 53% do PIB), da

redução na oferta de produtos básicos (*basic-needs goods*) etc. Essas conseqüências não podem ser dissociadas do processo mais geral da reestruturação econômica antes descrito. Para se compreender esse processo mais geral (e, assim, esclarecer melhor o argumento do presente artigo), convém dedicar maior atenção aos seus efeitos espaciais.

Como foi mencionado, uma considerável descentralização da estrutura econômica brasileira teve lugar a partir de 1970, embora o Sudeste brasileiro permaneça a macrorregião economicamente mais importante do país. Entretanto, o fato crucial é que, se em 1970 o Sudeste ainda concentrava 79% da produção industrial brasileira, em 1985 ele controlava 66%. Considerando-se os estados-membros, São Paulo lidera a produção industrial. A exemplo do que aconteceu com as macrorregiões, a participação do estado de São Paulo na produção industrial brasileira caiu de 56,6% em 1970 para 43,9% em 1985 (IBGE, diversos anos). Isso demonstra que outras regiões e outros estados ganharam em importância econômica no período considerado.

Entre os estados que ganharam em importância econômica, destacam-se Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina: eles experimentaram um desempenho superior ao dos demais estados nos anos 80, o que corrobora o argumento de uma descentralização espacial da produção industrial (e da estrutura econômica) no Brasil.

3. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DE BLUMENAU

A industrialização do nordeste catarinense é considerada bem-sucedida como modelo de desenvolvimento de uma região periférica (Kohlhepp, 1968; Silva, 1984). A formação da indústria catarinense, caracterizada pela presença de pequenas propriedades familiares, foi bastante diferente da industrialização de outras regiões do Brasil, sobretudo de São Paulo. Santa Catarina apresenta uma formação econômica original, no contexto da qual se destacam os pólos de imigração alemã (Blumenau, Joinville e Brusque), que acabaram se tornando destacados centros industriais do estado.

Para se analisar os efeitos do processo de globalização sobre a economia local, analisar-se-á o caso de Blumenau, um dos centros industriais catarinenses referidos. O propósito é identificar possíveis características da acumulação flexível e examinar o fenômeno da emergência de novos movimentos sociais urbanos em Blumenau. Para tanto, será feita uma breve introdução histórica à industrialização local, seguida da análise das mudanças dos anos 80, isto é, o surgimento de uma estrutura de produção flexível e, quase simultaneamente, de associações de moradores.

3.1. Breve introdução histórica à industrialização de Blumenau

Por razões históricas e geográficas, nunca se estabeleceu em Santa Catarina uma economia agrícola fundada na monocultura e voltada para a exportação, como aconteceu em outras regiões do Brasil Colonial. O resultado foi uma quase completa ausência de grandes propriedades rurais baseada em mão-de-obra escrava. Pelo contrário, o modelo catarinense assentou-se predominantemente em pequenas propriedades (*small mixed-farming properties*). Terra abundante, ainda não ocupada, foi colocada à disposição de imigrantes europeus para a colonização. A atividade agropecuária iniciou-se na metade do século XIX, nas florestas subtropicais entre a faixa costeira ocupada pela população açoriana, que desenvolvia uma economia pesqueira, e os campos da região planaltina ocupada pela população luso-brasileira, que explorava a atividade pecuária. A valorização da atividade agrícola no nordeste de Santa Catarina, baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre, constituiu a base de seu dinâmico desenvolvimento industrial.

Em diferentes épocas, imigrantes europeus providos de conhecimento técnico e treinamento na produção manufatureira definiram os rumos do desenvolvimento industrial do nordeste catarinense. A indústria emergiu nessa região em forma de estabelecimentos de pequena escala, com pouco suporte financeiro público ou multinacional e cresceu organicamente através do emprego quase exclusivo de capital local (Kohlhepp, 1968).

Blumenau, que se localiza no médio curso do Rio Itajaí-Açu, foi fundada em 1850. A chegada contínua de grande número de colonos e o aporte de substanciais investimentos, realizados ao longo de muitos anos por sociedades privadas de colonização, impulsionaram o desenvolvimento local, levando o governo a transformar o núcleo colonial de Blumenau num dinâmico centro regional.

A industrialização do Vale do Itajaí inicia-se por volta de 1880. Desse ano até 1892, surgem em Blumnau e Brusque pequenas firmas industriais nos ramos têxtil e de confecções. A partir de então, o processo de industrialização regional toma corpo, culminando com a entrada de produtos industriais de Santa Catarina no mercado brasileiro após o término da Primeira Guerra Mundial e, nos anos 70, no mercado mundial.

As elites locais têm afirmado que o Vale do Itajaí é a segunda região mundial em termos de concentração de indústrias têxteis, perdendo apenas para a região de Greensboro, na Carolina do Norte. Para sustentar sua afirmação, lembram que o ramo têxtil conta com aproximadamente 6.500 empresas no Vale do Itajaí. Destas, 37 são grandes firmas, com mais de 1.000 empregados, a maioria delas concentrada em Blumenau (como é caso de Artex, Cremer, Hering, Karsten, Sulfabril e Teka), e 111, firmas de médio porte (entre 50 e 1.000 empregados). A participação da indústria têxtil corresponde a 25% da indústria catarinense, empregando aproximadamente 93 mil trabalhadores (28% da força de trabalho industrial de Santa Catarina) e fabricando anualmente cerca de 110 mil toneladas de produtos têxteis (*Expressão*, 1993).

O exemplo da indústria têxtil acima permite compreender a natureza da estrutura produtiva de Santa Catarina, caracterizada por considerável número de grandes empresas, mas também por muitas firmas de médio e pequeno porte. De fato, a participação destas na economia do estado não é desprezível, pois são responsáveis por 30,7% de sua produção industrial. Elas exportam 54% de sua produção para outros estados brasileiros e 7%, para outros países (Batalha & Demori, 1990).

Também se argumenta com frequência que, no início, a indústria de Santa Catarina emergiu e se desenvolveu de forma autônoma,⁴ um processo no qual os imigrantes alemães, italianos e poloneses teriam tido um papel fundamental.

Se a emergência e o desenvolvimento da indústria local podem ser caracterizados como processos endógenos, o presente processo de acumulação no Vale do Itajaí vem se caracterizando antes pela flexibilização das relações de produção e da organização do trabalho. Tome-se o exemplo da indústria têxtil, o ramo que historicamente teve maior importância na economia de Blumenau: aí se evidenciam diversas mudanças no interior das firmas, como também alterações nas relações interfirmas, observando-se o surgimento de redes entre produtores têxteis, até mesmo entre firmas de diferentes portes (Storper, 1990, p. 434).

3.2. As mudanças dos anos 80: produção flexível e surgimento de associações de moradores

Referindo-se ao Brasil, Jacobi (1986) observara que os movimentos sociais urbanos podem ser considerados como um fator que distingue a presente sociedade capitalista brasileira. Uma de suas principais características reside no fato de questionarem a distribuição dos serviços urbanos e dos bens de consumo coletivo em várias esferas do Estado. De um lado, esses movimentos assumem um caráter econômico, na medida em que afetam a qualidade de vida urbana; de outro, eles assumem um caráter político, por expressarem as contradições da realidade urbana.

As associações de moradores constituem um dos movimentos sociais urbanos no Brasil que expressam os conflitos da sociedade capitalista em nível local. Nesse contexto, merece atenção o rápido crescimento de associações de moradores em Blumenau no final dos anos 80.

Os resultados de uma pesquisa sobre as associações localizadas na periferia de Blumenau demonstraram que a maioria delas surgiu na

⁴ "This industrial economy evolved outwards from within, using its own human and economic resources, and escaped the criteria of peripheric and dependent economic development" (Dias et al., 1987, p. 22).

segunda metade dos anos 80. Em geral elas eram pequenas, integradas por não mais que 200 famílias de trabalhadores cada uma. Além disso, eram relativamente ativas, reunindo-se pelo menos uma vez por mês. Outra característica das entidades pesquisadas era a sua estrutura relativamente democrática: em 72% delas, o presidente era eleito; em 89%, o presidente era eleito por um período máximo de dois anos; e em 71%, as reuniões eram abertas à participação de todos os seus integrantes.

Entretanto, a pesquisa se debruçou realmente sobre as seguintes questões: Por que tantas associações de moradores surgiram em Blumenau em tão pouco tempo? Qual era a sua importância para os seus membros? Que tipos de problemas eram discutidos nas reuniões das associações? Como eram encaminhadas as soluções para tais problemas?

Em 1992, havia mais de 60 associações de moradores em Blumenau. Contudo, 44 destas surgiram no curto período entre 1987 e 1989. Entre as razões indicadas pela pesquisa que explicam essa proliferação estão: em primeiro lugar, a inoperância do governo local (prefeitura) no suprimento de serviços urbanos, o que se observava nos problemas de abastecimento de água, energia elétrica, transporte público e escolas nas localidades periféricas da cidade. Em segundo lugar, algumas associações acabaram surgindo motivadas pelo desejo de uma aproximação com o poder público local. Em terceiro lugar, algumas foram criadas a partir da influência direta do poder público.

Três motivos explicam a importância das associações de moradores para os seus membros. Primeiramente, os entrevistados afirmaram que elas são importantes porque permitem resolver problemas comunitários mais rapidamente. A importância das associações também decorre do seu caráter político, na medida em que elas contribuem para o crescimento da consciência política dos seus membros, a promoção de uma maior participação popular, a organização e ação da comunidade, a defesa dos interesses coletivos e o compromisso com a democracia local e direta. O terceiro motivo apontado tem um caráter psicológico: para os membros das associações, o trabalho comunitário é importante.

Quanto aos problemas discutidos pelas associações, estes são essencialmente comunitários, locais e familiares. O primeiro destes tipos de problemas, apontado como o principal por 62% dos entrevistados, relaciona-se com a vida comunitária. O segundo refere-se aos equipamentos coletivos da localidade onde se encontram as associações (infra-estrutura urbana, escolas etc.). O terceiro tipo de problemas diz respeito à esfera privada das famílias que fazem parte delas.

Em sua maioria, esses problemas são coletivos, isto é, públicos, e concretos, bem-definidos, afetando muitas famílias de trabalhadores da localidade onde existem associações. Entre as soluções indicadas para resolvê-los, foi mencionada, primeiramente, a pressão da comunidade organizada sobre o governo local e, em segundo lugar, a organização de comissões para reduzir seu impacto ou mesmo resolver problemas específicos.

As pessoas das áreas periféricas de Blumenau entrevistadas certamente desconhecem "acumulação flexível" e outros termos empregados neste artigo. Entretanto, elas são seres humanos que tomaram e tomam parte no processo aqui analisado. As relações entre os efeitos da flexibilização no nível local e a emergência de movimentos sociais urbanos são claras. As famílias de trabalhadores sofrem as conseqüências do desemprego. Se um trabalhador mantém o emprego, ele passa a receber menos, embora tenha que trabalhar mais. A formação e o crescimento de associações de moradores em Blumenau resultam de uma reação: as pessoas se organizam onde vivem, reagindo em nível local contra as políticas econômicas neoliberais que favorecem uma modernização conservadora às custas da qualidade de vida dos que já são excluídos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo tentamos analisar as relações entre a globalização da economia capitalista e suas conseqüências em nível local, tomando como exemplo uma cidade na macrorregião Sul do Brasil. Com base na abordagem da *teoria da regulação* e examinando dados empíricos, pudemos mostrar que:

- a velha divisão internacional do trabalho assentada na generalização do modelo de desenvolvimento fordista quebrou;
- uma nova divisão internacional baseada em estratégias de acumulação flexível emergiu;
- os ajustamentos realizados com vistas a concretizar essa nova conjuntura foram feitos às expensas dos países periféricos;
- através do endividamento externo, muitos desses países (como o Brasil) foram forçados a reestruturar as suas economias;
- no particular caso do Brasil, a reestruturação econômica teve importantes conseqüências espaciais e sociais;
- as implicações espaciais, que podem ser consideradas positivas, levaram a uma descentralização das atividades econômicas, especialmente a uma reestruturação industrial;
- como efeitos negativos dos ajustamentos econômicos, o Estado em geral e as administrações públicas locais em particular reduziram investimentos em equipamento urbano;
- as famílias de trabalhadores residentes na periferia de Blumenau tentaram proteger-se de tais efeitos negativos mediante sua organização em associações de moradores.

Estes são os fatos analisados. Mas eles não correspondem à única forma possível de que os trabalhadores dispõem para fazer a sua história (Lipietz, 1987, p.195). Ao se organizarem em associações ou de outra maneira, as famílias de trabalhadores de Blumenau podem ampliar a sua participação na defesa de seus interesses. É através de processos como esses, em que a luta por melhores condições materiais de vida é travada pela população organizada, que novas possibilidades de equidade social e democracia política se abrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. London: New Left Books, 1979.
- BATALHA, M. O. & DEMORI, F. *A pequena e média indústria em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

- BAUMANN, R. & BRAGA, H. C. A racionalidade econômica da seleção de produtos beneficiados com financiamento preferencial à produção para a exportação. *Revista Brasileira de Economia*, v. 39, n. 4, p. 385-399, 1985.
- BAUMANN, R. & MOREIRA, H. C. Os incentivos às exportações brasileiras de produtos manufaturados 1969/85. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 17, n. 2, p. 471-490, 1987.
- DIAS, J. R. S. et al. *Santa Catarina: immigrants and industry*. São Paulo, Ed. Rios, 1987.
- FRITSCH, W. & FRANCO, G. H. B. Competition and industrial policies in a technologically dependent economy: the emerging issues for Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 45, n. 1, p. 69-90, 1991.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an inquiry into the origins of cultural changes*. Cambridge/MA & Oxford/UK: Basil Blackwell, 1989.
- IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1980.
- IBGE: *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1984.
- IBGE: *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1987
- IBGE: *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1990.
- IBGE: *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1994.
- ITAJAÍ Valley, Valley of the weavers: German community builds world's second highest textile concentration. *Expressão* (special issue), p. 27-33, 1993.
- JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos no Brasil. In: ANPOCS (Org.). *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*, (v. 1). São Paulo, Cortez, p. 221-236, 1986.
- KOHLEHPP, G. *Industriegeographie des nordoesentlichen Santa Catarinas, Suedbrasilien: ein Beitrag zur Geographie eines deutschbrasilianischen Siedlungsgebietes*. Heidelberg: Departamento de Geografia/Universidade de Heidelberg, 1968.
- LIPIETZ, A. *The enchanted world: inflation, credit and the world crisis*. London: Verso, 1985.
- LIPIETZ, A. New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation. In: SCOTT, A. &

- STORPER, M. (Org.). *Production, work, territory*. Boston: Allen & Unwin, p. 16-40, 1986.
- LIPIETZ, A. *Mirages and miracles: the crisis of global fordism*. London: Verso, 1987.
- LIPIETZ, A. *Towards a new economic order: postfordism, ecology and democracy*. New York: Oxford University Press, 1992.
- SILVA, V. V. *Le processus d'industrialisation et d'urbanisation dans la région nord-est de l'Etat de Santa Catarina, Brésil*. Paris: Univ. de Paris I (Thèse 3me cycle), 1984.
- SINGER, P. I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Nacional, 1974.
- STORPER, M. Industrialization and the regional question in the Third World: lessons of postimperialism, prospects of post-fordism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 14, n. 3, p. 423-444, 1990.

